



TRAMAS DA MEMÓRIA NOS TRAUMAS DA HISTÓRIA: EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS FEMININAS SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Danielle Tega¹

A manifestação da memória da resistência à ditadura civil-militar brasileira é formada por situações inquietantes quando vistas a partir dos estudos de gênero. Após a segunda metade da década de 70, a chamada abertura lenta, segura e gradual, mesmo que de forma conturbada e com a permanência da repressão e, em muitos casos, da censura, permitiu uma esfera pública na qual narrativas e relatos, até então contidos, pudessem ser incorporados. Isso não implica, necessariamente, em uma contraposição binária entre “história oficial” x “narrativa da sociedade”, mas sim a possibilidade de múltiplos atores sociais e políticos estruturarem seus relatos do passado, expressando, ao fazê-los, seus projetos e expectativas políticas para o futuro.

Assim, no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980, ocorre o chamado *boom* de livros autobiográficos, como são os casos de *Em Câmera Lenta*, de Renato Tapajós; *O que é isso, Companheiro?*, de Fernando Gabeira; e *Os Carbonários*, de Alfredo Sirkis.² Além destes títulos, diversos outros são publicados nestes anos e nos seguintes. Em levantamento bibliográfico realizado por Marcelo Ridenti³, constata-se a presença de mais de 230 livros ou teses que, publicados até meados de 2001, abordam direta ou indiretamente a luta das esquerdas armadas contra a ditadura no Brasil nas décadas de 60 e 70. Mesmo que não se pretenda completo, esse quadro traz informações importantes: cerca de 15% dos títulos citados são autobiográficos ou baseados em memórias do período de resistência; dentre estes, nenhum escrito por mulher. Essa situação leva a crer que há uma especificidade de gênero nos relatos sobre a ditadura no Brasil, pois, mesmo nas contramemórias, há ainda um domínio da fala e da escrita masculinas.

As vozes femininas foram e ainda são abafadas. Certamente existem livros sobre a participação política feminina. Mas o que quero registrar é a dificuldade em encontrar narrativas autobiográficas ou narrativas ficcionais baseadas nas memórias das mulheres que participaram da

¹ Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH – Unicamp).

² Para uma importante discussão a respeito dos alcances, limites, significados político, social e cultural da obra desses três autores e também de Reynaldo Guarani, destaco o livro *Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política* (São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008), fruto da dissertação de mestrado de Mário Augusto Medeiros da Silva.

³ RIDENTI, Marcelo. As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974), uma bibliografia. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*. UNICAMP, Campinas, v. 8, n. 14-15, p. 257-295, 2001.



resistência à ditadura e escritas por elas – algo semelhante ao que Márcio Selligann-Silva⁴ chama de *literatura do testemunho*, considerando a escrita como uma das possibilidades de elaboração do luto; ou a arte como um processo de rememoração. Essa ausência de narrativas femininas sobre tais acontecimentos traumáticos contrasta com a importância da participação política das mulheres na resistência à ditadura civil-militar.

A partir de dados coletados no projeto *Brasil: Nunca Mais*, Marcelo Ridenti⁵ apresenta a composição majoritariamente masculina das organizações de esquerda dos anos 60 e 70. Do total de processados, apenas 16% eram mulheres. Desse número, 73% eram mulheres das camadas médias intelectualizadas, o que inclui estudantes, professoras e profissionais com formação superior. Considerando apenas as organizações armadas, verifica-se que 18% dos participantes processados eram mulheres e, dentre estas, 75% eram das camadas médias intelectualizadas – número que contrasta com o pouco envolvimento de mulheres em partidos políticos tradicionais, como o PCB, onde menos de 5% do total de processados eram mulheres. Segundo Lucila Scavone⁶, esse dado sugere que as mulheres “se identificavam com uma proposta de ação política radical, tanto do ponto de vista da militância como de suas vidas pessoais”.

Embora o percentual de mulheres pareça pequeno mesmo nos grupos armados, alguns elementos devem ser levados em conta para que não seja feita uma análise anacrônica. Seguindo novamente as observações de Marcelo Ridenti, deve-se lembrar que a norma, até os fins dos anos 60, era a não-participação das mulheres na política, exceto quando estas se manifestavam para reafirmar seus lugares de ‘mães-esposas-donas-de-casa’, como ocorreu com as mobilizações conservadoras femininas de apoio ao golpe na ocasião das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. O autor acrescenta que:

A média de 18% de mulheres nos grupos armados reflete um progresso na liberação feminina no final da década de 60, quando muitas mulheres tomavam parte nas lutas políticas, para questionar a ordem estabelecida em todos os níveis, ainda que suas reivindicações não tivessem explicitamente um caráter feminista, que ganharia corpo só nos anos 70 e 80, em outras conjunturas. Não obstante, a participação feminina nas esquerdas armadas era um avanço para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino.⁷

A participação das mulheres nas organizações de esquerda implicava, portanto, um rompimento aberto e radical com os valores e expectativas familiares em nome de uma causa social.

⁴ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Introdução. In: *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003.

⁵ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

⁶ SCAVONE, Lucila. Feminismo contemporâneo y Democracia en Brasil. In: FAURÉ, Christine (Org.). *Enciclopedia Histórica y Política de las Mujeres*. Europa y América. Madrid: AKAL, 2010, v. 1, p. 732-753.

⁷ RIDENTI, Marcelo. Que história é essa? In: REIS FILHO, Daniel Aarão. et al. *Versões e Ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.



Mas, como pondera Anette Goldberg⁸, a liberação específica da condição feminina não era explicitamente colocada naquele momento pelos grupos de resistência à ditadura, e estes ofereciam certas ambigüidades em relação à militância das mulheres – e pelas próprias mulheres. As questões da vida cotidiana eram consideradas menores se comparadas às grandes questões da revolução, e as organizações de esquerda acatavam essa hierarquia. No momento em que o autoritarismo do regime militar estabilizava-se de forma ainda mais dura, principalmente a partir da promulgação do AI-5 em dezembro de 1968, certos problemas encarados como “pessoais” eram minimizados diante de todos os problemas sociais enfrentados pelos brasileiros.

Os diversos grupos armados foram rapidamente dizimados pelo aparato repressivo da ditadura militar, cuja política de Estado era torturar e executar seus oponentes. A experiência da militância passou a incluir, além da clandestinidade, a tortura, a prisão, o exílio, a morte. É apenas no contexto posterior à resistência armada que se pode realizar uma elaboração do momento histórico vivido. Nesse sentido, a experiência do exílio ofereceu elementos diferenciais na elaboração desse passado recente, principalmente às mulheres. O contato com o feminismo europeu, sobretudo com os movimentos de mulheres e feministas franceses que, nos anos 70, estavam no seu auge político, foi de grande importância para as exiladas. Nesse período, essas mulheres formaram o Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, que contavam com a participação daquelas que militaram nas diversas organizações de esquerda e também com a presença das companheiras dos homens que haviam militado nessas mesmas organizações.⁹

O encontro com o feminismo francês – principalmente o de vertente marxista, em decorrência de suas vivências na esquerda brasileira –, a formação do Círculo e do Grupo Latino-Americano, a aproximação com a psicanálise: com esses elementos é possível afirmar que as mulheres tiveram um ganho significativo na elaboração que fizeram sobre o período anterior. Nesse trabalho de memória, realizado a partir das impressões e reflexões posteriores sobre o passado na militância, foram observadas as marcas das diferenças de gênero tanto na experiência política de seus grupos, como na experiência da repressão e tortura. Como consequência, muitas dessas mulheres tornaram-se feministas e atuaram numa nova forma de política, que fosse capaz de articular a reflexão em torno das questões interpessoais com a luta contra as condições objetivas da

⁸ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro: 1987.

⁹ Para uma leitura mais aprofundada sobre a formação desses grupos e os conflitos que tiveram com certos setores da esquerda que também estavam no exílio, ver: ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de mulheres brasileiras em Paris*. Monografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Unicamp, 2006.



opressão social, como observou Maria Lygia Quartim de Moraes¹⁰. E é com essa bagagem prática e teórica que retornam ao Brasil a partir da segunda metade da década de 70 e, em maior número, após a Lei da Anistia de 1979.

Em 1975, ano definido pela ONU como o Ano Internacional da Mulher (e o primeiro ano da Década da Mulher), o general Ernesto Geisel já havia anunciado uma distensão política gradual e controlada – o que não significa dizer que a censura e a repressão estivessem extintas. Nesse ambiente, tal iniciativa da ONU abriu espaço para um movimento social que já agia, timidamente, nos bastidores. Pequenos grupos de mulheres já se reuniam desde 1972 em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, inspiradas no feminismo americano. Eram grupos com caráter bastante privado, fato compreensível não apenas por escolhas individuais de suas participantes, mas pelo próprio contexto em questão, que relacionava reuniões a atos subversivos. Com o reconhecimento pela ONU da “questão da mulher” como problema social, novos grupos políticos de mulheres passaram a existir abertamente. Jornais como o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, que contavam com a participação feminina daquelas que ficaram no país e de outras que voltaram do exílio, foram publicados a partir desse período. Em suas páginas verificava-se a permanência das teses marxistas, dando importância à atuação na esfera pública e à centralidade da luta anticapitalista ao mesmo tempo, expondo uma preocupação marcante com os problemas políticos e sociais de então.

É também nesse momento histórico que surge o *Movimento Feminino pela Anistia*, que, “além da inquestionável importância da sua bandeira específica, colaborou significativamente para o avanço do movimento de mulheres”.¹¹ A participação no MFA foi estimulante para muitas mulheres, abrindo um espaço de militância que facilitava o acesso delas ao movimento feminista. Nesse mesmo período, há a aproximação desses diversos grupos – alguns femininos, outros feministas – com as camadas populares, propiciando uma vinculação peculiar com diversas organizações de bairro.

Percebe-se, portanto, grande mobilização feminina nos diversos âmbitos da luta contra a ditadura civil-militar brasileira. A significativa participação das mulheres na luta armada e nas situações de clandestinidade, tortura, morte e desaparecimentos de corpos, bem como nas atividades posteriores à militância guerrilheira, destoa com a falta de narrativas femininas sobre o período – ainda mais ao se considerar que muitas sobreviventes da prisão e da tortura são jornalistas, professoras universitárias e intelectuais acostumadas a escrever.

¹⁰ MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Vinte anos de feminismo*. Tese Livre-Docência, IFCH, Unicamp, Campinas: 1996.

¹¹ MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A experiência feminista dos anos setenta*. Araraquara: FCL/UNESP, 1990, p. 20.



Memória e Resistência

Trabalhar com a memória não significa apenas considerá-la como um objeto de estudo, mas se trata de uma tarefa ética quando a preocupação está relacionada ao resgate de utopias não realizadas no passado, que ainda estão pendentes de emancipação. Pensadores como Walter Benjamin¹² e Theodor Adorno¹³ denunciaram a historiografia classista dos vencedores e a necessidade de superá-la ao propor uma compreensão da história “a contrapelo”, que recuperasse a história dos vencidos. A crítica feminista, também preocupada com as partes silenciadas da memória social, amplia essa denúncia ao expor o caráter sexista da historiografia burguesa. Ao mesmo tempo em que expõe a *invisibilidade* da mulher na história oficial, o pensamento feminista questiona o modo pelo qual a desigualdade entre homens e mulheres se estabeleceu e quais as formas de se eliminar essa assimetria. Sob esse aspecto, pode-se dizer que o feminismo atua como uma contramemória: nas margens dos discursos hegemônicos, existem termos para uma construção diferente das relações de gênero. De acordo com Margareth Rago,

Suprimidas da História, [as mulheres] foram alocadas na figura da passividade, do silêncio, da sombra na esfera desvalorizada do privado. O feminismo aponta para a crítica da grande narrativa da História, mostrando as malhas de poder que sustentam [tais] redes discursivas. (...) É claro que se as mulheres foram um dos grandes setores excluídos da História, sabemos que não se trata apenas de recuperá-las em todos os grandes feitos, inscrevendo-as disciplinadamente nos espaços deixados em branco na Grande Narrativa Histórica, masculina e branca. As informações, os nomes e os fatos contidos nos documentos históricos são certamente fundamentais, sem eles, não se tem História. Contudo, também sabemos que não é suficiente refazer todo o percurso já feito, desta vez no feminino.¹⁴

Como pode ser observado nas palavras acima, o feminismo protesta por outro tipo de história e, entendido numa perspectiva benjaminiana, enfatiza a importância de saber sobre qual passado se fala, qual passado deve ser lembrado e resgatado, demonstrando a necessidade de se pensar o presente com perspectiva futura, articulando a reconstituição desse passado a experiências políticas emancipatórias. O pensamento feminista preocupa-se com as partes silenciadas da memória social, ausentes em livros escolares e em registros históricos, e busca recuperar a presença das mulheres na história ao observar suas condições de luta. No livro *Memórias das Mulheres do exílio*, as organizadoras expõem essa inquietação:

As mulheres, como todos aqueles que nunca foram reconhecidos pela historiografia, não têm a sua história registrada. Disso decorre que o arrolar dos testemunhos do presente sobre o presente, das histórias de vida, da

¹² BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1996; e BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹³ ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

¹⁴ RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, IFCH – Unicamp, n. 3/4, Campinas: 1995/1996.



tradição oral, seja um esforço de reconstituição, assim como uma tentativa de dar livre curso à nossa imaginação e à nossa criatividade, de dar instrumentos para o domínio do futuro.¹⁵

Portanto, uma maneira de pensar a dimensão de gênero na memória parte do enfoque tradicional no feminismo de fazer visível o invisível, dando voz àquelas que foram, por muito tempo, caladas. Mas o trabalho de memória feito pelas feministas, mais do que dar visibilidade às mulheres, procurou entender a situação destas como produto da história e da sociedade, denunciando as marcas autoritárias e hierárquicas do processo histórico das relações de gênero. Nesse sentido, compreende o presente como histórico e apto a práxis transformadora: como movimento emancipatório, o feminismo procura superar as formas de organização tradicionais em busca da libertação das mulheres.

Até esse ponto, utilizei o termo *mulheres* para enfatizá-las enquanto sujeitos políticos. Contudo, outros determinantes sociais definem suas vidas enquanto indivíduos: as classes sociais e as etnias inscrevem-se em cada mulher particular, gerando outras formas de opressão e conflitos de interesses, tendo como consequência política a fragmentação das mulheres. Contudo,

O fato das mulheres terem sua participação na vida social determinada por três elementos qualitativamente distintos – sexo, classe e etnia-raça – explicam em parte as fraquezas e os limites dos diversos movimentos femininos que a história conhece. Todas as mulheres sofrem a mesma discriminação sexual e têm, nesse sentido, reivindicações comuns. Mas a impossibilidade de transformar essas reivindicações numa plataforma única, de sensibilizar todas as mulheres em relação a essa plataforma, está dada pelas contradições situadas no âmbito da divisão de classes.¹⁶

As violentas contradições do capitalismo são também base da memória debilitada, fruto de práticas sociais baseadas na troca e não na experiência, como já apontaram Benjamin e Adorno. Para este, a elaboração do passado é essencialmente uma inflexão ao sujeito, um reforço de sua autoconsciência e, nesse caminho, um reforço do seu *eu*. Por essa via, o trabalho de memória feito pelo feminismo foi fundamental ao considerar a mulher enquanto sujeito, ao expor a condição específica de alienação na qual estava historicamente submetida, e ao buscar um resgate do passado comprometido a uma práxis transformadora.

Retomando o pensamento de Adorno, o passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou. Nesse sentido, cabe questionar por uma perspectiva de gênero um tema cujo legado destrutivo permanece na sociedade brasileira: a ditadura civil-militar (1964-1985), caracterizada pela censura e repressão, pela violência desmedida imposta pelo Estado, pelas mortes e pelos “desaparecimentos”: não há dúvidas de que se trata de um período

¹⁵ COSTA, Albertina de Oliveira et. al (orgs). *Memória das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 17.

¹⁶ MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Feminismo, Movimentos de Mulheres e a (re)construção da democracia em três países da América Latina*. Campinas: IFCH/UNICAMP, Col. Primeira Versão, vol. 121, 2003.



traumático, no sentido em que o termo é utilizado por Márcio Seligmann-Silva. Este, tendo como foco a literatura do trauma e baseando-se nos escritos de Walter Benjamin e Sigmund Freud, afirma que a história do trauma é a história de um choque violento e de um desencontro com o real: a experiência traumática é “aquela que não pode ser totalmente assimilada enquanto ocorre”, marcada pela “incapacidade de simbolizar o choque”.¹⁷

O uso sistemático da tortura aos homens e às mulheres que se opuseram ao regime ditatorial foi uma das maiores marcas desse período. E não se pode deixar de ressaltar que a repressão foi executada por instituições masculinas e patriarcais. As forças armadas e policiais agiam também com a intenção de restaurar a ordem “natural” de gênero, ou seja: viam-se com o dever de recordar permanentemente as mulheres sobre seus lugares na sociedade – estruturada pelo gênero. Buscava-se, com isso, a reafirmação de certas convenções de feminilidade que são, de certo modo, ambivalentes: recordar seus “lugares” significava enfatizar que deveriam cuidar dos filhos e do marido, e não colocar as mãos em armas. Como essas mulheres subvertiam tais condições, os agentes repressivos as tachavam de “putas”.

Considerar a especificidade de gênero na tortura significa compreender os corpos femininos (e, por relação, os masculinos) em suas dimensões política e cultural, ou seja, dos corpos tratados a partir da concepção do que é ser mulher e ser homem na sociedade. E no período retratado pelos depoimentos, a militância feminina em organizações revolucionárias era vista como uma dupla transgressão: a) assim como os homens, essas mulheres eram consideradas “fora da lei” por realizar operações armadas; b) a participação feminina na política era um desafio às convenções de gênero da época, marcada pelo conservadorismo moral que relegava as mulheres ao espaço privado em funções de mãe, esposa e dona de casa.

Elizabeth Jelin acrescenta que as informações existentes sobre a tortura indicam que o corpo feminino sempre foi um objeto *especial* para os torturadores; e as sevícias pelas quais as mulheres passavam incluíam sempre alta dose de violência sexual: “Los cuerpos de las mujeres – sus vaginas, sus úteros, sus senos –, ligados a la identidad femenina como objeto sexual, como esposas y como madres, eran claros objetos de tortura sexual.”¹⁸ A tortura às mulheres englobava, portanto, a questão política repressiva da ditadura e a questão da dominação masculina – convém ressaltar que apenas os homens torturavam. O fato de terem sido martirizadas enquanto mulheres perturba, em

¹⁷ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *op.cit.*, pp. 52-53.

¹⁸ JELIN, Elizabeth. El género en las memorias de la represión política. *Revista Mora*. Buenos Aires, nº 7, 2001, pp.128-137.



maior ou menor grau, a própria sexualidade. Lidar com tal situação implica diferenças para cada mulher.

Eleonora Menicucci de Oliveira afirma ter havido “um sentimento de maternidade que a tortura fez vibrar em meu próprio sangue, e foi através desse sentimento que busquei a força da resistência”. Em sua opinião, dois aspectos se destacam em relação às torturas sofridas no período da ditadura militar. Primeiro, que o corpo feminino foi “utilizado e vilipendiado” pelos torturadores a partir da concepção do que é ser mulher em nossa sociedade. Segundo, e parece-me que se trata de consequência do primeiro, que a relação mãe/filhas(os) foi usada como estratégia pelos agentes da repressão – sua filha, então com um ano e dez meses, foi colocada na mesma sala para assistir à tortura que a mãe, amarrada na cadeira-do-dragão, estava sofrendo. A autora completa o que ocorreu:

O meu marido estava sendo torturado em outras salas, mas com ele não se repetiu esta cena, embora os torturadores tenham dito a ele o que sucedia ao lado. Dois corpos torturados e submetidos como objetos nas mãos dos torturadores, anulados enquanto sujeitos, mas explicitamente diferenciados sexualmente. Cada história de vida é uma história de um corpo, e cada corpo tem um sexo que tem um valor histórico, social e culturalmente.¹⁹

Essas palavras reafirmam a especificidade de gênero na tortura, além de demonstrar a maternidade enquanto forma de resistência. Como acrescenta a autora, as militantes de partidos clandestinos de esquerda incorporavam, muitas vezes, “o modelo masculino da coragem e do poder viril” para serem aceitas nessas organizações que, de certa forma, transformava as pessoas em “militantes impessoais”. Ao mesmo tempo em que contribuíram para conquistar novos espaços e trilhar outros caminhos, rompendo com uma série de preconceitos,

[as mulheres daquela geração] também atuaram com cumplicidade nas relações de poder entre os gêneros no interior dos movimentos de esquerda, mesmo porque, para atenderem as expectativas de ‘revolucionárias’, ficavam em sua maioria presas ao modelo do macho, do forte, do corajoso e do frio. Nosso corpo foi colocado como propriedade da revolução social, para usufruto da organização a qual pertencíamos. Microcosmo de poder dentro das organizações. E poderia ter sido diferente? Penso que não, pelo fato de sermos muito jovens e termos pressa.²⁰

Assim, o momento em que refletem suas vivências é também o momento em que procuravam afirmarem-se subjetivamente como... mulheres! O que deve ser levado em conta, em primeiro lugar, é lembrar que as entrevistadas sentiram também em seu *corpo* as sevícias da tortura. Não é por acaso que o usem como instrumento de luta, de reafirmação.

Considerando-se o período traumático, os obstáculos estão sempre presentes quando se pensa na narração do acontecido, e o que ocorre é um paradoxo:

¹⁹ OLIVEIRA, Eleonora Minecucci de. *As relações entre mães e filhas/os na solidão da tortura*: reflexão de uma experiência. Trabalho apresentado no GT Família e Sociedade no XX Encontro da ANPOCS, 1996.

²⁰ *Idem, ibidem.*



(...) de um lado, a necessidade premente de narrar a experiência vivida; de outro, a percepção tanto da insuficiência da linguagem diante dos fatos (inenarráveis) como também – e com um sentido muito mais trágico – a percepção do caráter inimaginável dos mesmos e da sua conseqüente inverossimilhança.²¹

Trata-se da cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de revestir o vivido com o verbal. O inimaginável de uma situação de extrema violência como a tortura desconstrói o mecanismo da linguagem, que, paradoxalmente, só pode enfrentar o vivido com a própria imaginação: “por assim dizer, só com a arte a intraduzibilidade pode ser desafiada – mas nunca totalmente submetida”, como complementa Márcio Seligmann Silva. Nesse sentido, a necessidade de narrar, a necessidade do *testemunho*, se caracteriza como “condição de sobrevivência”, como “uma atividade elementar” para a sobrevivida daqueles/as que voltaram de uma situação radical de violência:

A narrativa teria, portanto, dentre os motivos que a tornavam elementar e absolutamente necessária, este desafio de estabelecer uma *ponte* com “os outros”, de conseguir resgatar o sobrevivente do sítio da outridade. (...) Narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo e de renascer. [grifos do autor]²²

Dada a importância do *testemunho* – que “só existe sob o signo de seu colapso e de sua impossibilidade” –, por quais motivos ocorre uma ausência das narrativas femininas? Como se trata de um tema permeado pelas relações de gênero, a tradição cultural do silêncio, ao qual as mulheres foram submetidas por séculos, pode ser uma das respostas mais acertadas para a questão. Além desses pontos fundamentais, há outra suspeita.

Elizabeth Jelin²³ comenta brevemente a citação da maternidade pelas mulheres que relatam a violência sofrida no período ditatorial da Argentina. Essa posição se repete nas palavras de Eleonora Minecucci de Oliveira, citada parágrafos acima. Somado a essas questões, foi observado em minha dissertação de mestrado a importância do tema da maternidade nos depoimentos presentes no filme *Que bom te ver viva*, dirigido por Lúcia Murat²⁴: a maternidade, entendida como uma prática social e subjetiva feminina, aparece nas entrevistas como fonte de vida, de renovação

²¹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Op. cit.*, p. 45.

²² SELIGMANN-SILVA, Márcio. A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, pp. 65-82, 2008.

²³ JELIN, Elizabeth. *op. cit.*, 2001.

²⁴ Dada a dificuldade em encontrar narrativas autobiográficas ou narrativas ficcionais baseadas em memórias das mulheres que participaram da resistência à ditadura e escritas por elas, localizei no cinema um filme dirigido, roteirizado e produzido por uma ex-militante de grupo guerrilheiro. Assim, meu mestrado foi sobre o primeiro longa-metragem da cineasta Lúcia Murat, membro do MR-8, no qual aborda a sobrevivência de oito mulheres que lutaram contra o regime repressivo. Cf. TEGA, Danielle. *Mulheres em foco: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina*. Mestrado em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, Unesp – Campus Araraquara, 2009.



de forças para seguir em frente. É a marca da diferença entre a vida e a morte, um novo sentido para viver, algo capaz de deslocar o sentimento de culpa por ter sobrevivido.

Nesse sentido, penso que a experiência da maternidade deve ser levada em conta como um fator que torna ainda mais complexo o estudo da ausência de narrativas escritas pelas mulheres. Tal fato implica considerar suas ambiguidades e seus sentimentos ambivalentes, nos termos em que destaca Maria Lygia Quartim de Moraes:²⁵ a maternidade pode ser vista como “projeção de muitas fantasias”, ou percebida enquanto “produção feminina em contrapartida às realizações masculinas”; vista ora como fardo por mulheres que “se sentem prejudicadas pela maternidade”, ora como “experiência positiva de enriquecimento pessoal” por outras.

A questão que aqui se coloca não é de substituição. Ou seja, não se supõe que a narração do trauma, cujo sentido é também de “renascer”, “condição de sobrevivência”, seria de algum modo deslocada pela experiência da maternidade, entendida por várias militantes como portadora do “sentido de viver”, como “a marca da diferença entre a vida e a morte”. Por outro lado, pensar a “maternidade como forma de resistência” parece fazer sentido a partir das considerações acima expostas – e, de certo modo, pode também lançar luzes sobre o caso argentino, onde filhos e filhas recém-nascidos/as de militantes contrárias à ditadura daquele país eram violentamente retirados de suas mães para serem adotados por militares.

O estudo dessas questões pode trazer apontamentos importantes não apenas da participação política feminina na ditadura militar, mas também permite denunciar o próprio legado destrutivo da ditadura na sociedade brasileira. O silêncio em relação aos acontecimentos ocorridos se dá em um contexto no qual predomina o recalçamento do passado violento que, não elaborado, espalha suas teias de dor e sofrimento no presente – presente este que encobre tanto a violência do passado quanto a violência atual, existente nas diferentes relações sociais. O trauma da ditadura é, portanto, individual e coletivo. O ato de lembrar o passado tem, nesse sentido, a função de resgatar uma utopia não realizada, uma proposta política que poderia ter desencadeado outro tipo de organização social, menos desigual e alienada, mas que foi impetuosamente suspensa com o caráter exacerbado da repressão imposta pela ditadura civil-militar.

²⁵ MORAES, Maria Lygia Quartim de *Vinte anos de feminismo*. Tese de Livre-Docência, IFCH, Unicamp, Campinas: 1996, p. 93.